

Manuel Villaverde Cabral
Filipe Carreira da Silva
Tiago Saraiva

Introdução

Em anos recentes, o turismo de arquitectura transformou-se num fenómeno corrente, atraindo um contingente crescente de visitantes a inúmeros locais, designadamente cidades, cuja paisagem urbana e percepção pública foi reinventada de forma substancial graças ao impulso regenerador da «arquitECTURA de autor». Considere-se por um momento a adegA Ysios, de Santiago Calatrava, em Laguardia, na região da Rioja, onde a milenar cultura mediterrânica do vinho se conjuga com a arquitectura de vanguarda e com o *marketing* mais agressivo para responder aos «desafios da globalização». Ou o edifício do novo Tribunal Constitucional da África do Sul em Joanesburgo, projectado por uma equipa de jovens arquitectos que incluiu nomes como Janina Masojada e Paul Wygers, construído sobre as ruínas de uma antiga prisão que albergara em tempos figuras como Gandhi e Mandela e cuja arquitectura é um símbolo táctil das promessas democráticas do período pós-*apartheid*. Ou ainda o Museu Guggenheim, de Bilbao, que valeu ao seu autor, o canadiano Frank O. Gehry, o estatuto de superestrela mediática e converteu uma cidade conhecida pelo seu tecido industrial numa paragem indispensável do roteiro cultural europeu. Para além da sua arquitectura icónica, o que é que estes três edifícios têm, afinal, em comum? As suas imagens – quer ao vivo, quer nas páginas de jornais ou nos ecrãs dos nossos televisores e computadores – sugerem-nos imediatamente certas ideias, certos valores, certos produtos. É isto que os une. É como se todos estes edifícios, e outros tantos como estes, espalhados um pouco por todo o mundo, dessem corpo a algumas das ideias que definem a nossa era – cultura, democracia, consumo.

Com efeito, o político é, hoje em dia, quase indissociável do cultural e do económico. Este é talvez o principal traço distintivo da nova cultura política que se dissemina pelo mundo desenvolvido. Um grande museu, capaz de atrair a atenção mediática, e um fluxo de turistas endinheirados podem mudar a estrutura económica e social de toda uma

região. Acredita-se que um megaevento desportivo pode fazer mais em duas semanas pela imagem internacional de um país, com os benefícios associados, em termos de captação de investimento e turismo, do que décadas de paulatino desenvolvimento económico e social. Trata-se da «imagem» apenas, mas também nossos são os tempos em que a imagem é sistematicamente preferida à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, qualquer que esta seja. Assim, as autoridades políticas locais e nacionais olham cada vez mais para a cultura, o entretenimento, os *mass media*, como peças-chave do desenvolvimento dos seus países, das suas regiões ou das suas cidades.

Isto é particularmente visível nas grandes metrópoles do século XXI, as chamadas «cidades globais», onde a densidade populacional, os níveis de concentração de riqueza (que coexistem paredes-meias com níveis não menos significativos de pobreza) e a utilização de alta tecnologia concorrem para que os territórios onde se inscrevem se desliguem das regiões circundantes e se relacionem cada vez mais entre si, numa rede global de cidades, possibilitada pela revolução digital do final do século XX. Dada a intensa competição por mão-de-obra qualificada e por investimento, nenhuma destas cidades globais se pode dar ao luxo de não possuir um naipe excepcional de grandes equipamentos culturais, desportivos e de consumo: quanto mais alto for o arranha-céus, quanto mais vanguardista o *campus* universitário, quanto mais diversificada a oferta cultural, julga-se que mais competitiva será também a cidade na captação de recursos, designadamente de recursos humanos e financeiros, no competitivo mercado global.

É necessário ter tudo isto em conta para perceber que o mundo em que este livro foi escrito é um mundo onde as distinções entre direita e esquerda, entre alta e baixa cultura, entre local e global, não possuem o significado que possuíram há apenas vinte ou trinta anos. Um mundo em que a verticalidade das relações hierárquicas, na família como na política, tem vindo a dar lugar à horizontalidade (por vezes enganadora, é certo) de relações mais igualitárias. Um mundo onde as várias escalas de acção – local, regional, nacional, supranacional, global – deixaram de estar claramente separadas (veja-se o caso do direito ou da economia) para se entrelaçarem, quase indistinguivelmente, em cada acção humana concreta. Alguns destes actos são culturais, outros económicos, outros ainda do foro da intimidade. A esfera de acção humana discutida neste livro é distintamente política, não sendo apesar disso imune à influência das demais esferas da vida social: afinal, é muitas vezes apenas por ingenuidade, por cegueira relativamente ao

carácter tentacular das relações de poder, que se classifica determinada esfera de acção como «não política». Em todo o caso, é de fenómenos políticos que os nove capítulos deste livro tratam. Tal coincidência não seria suficiente para uma coerência do volume, que reside antes na escala a que os fenómenos políticos, como a participação ou a governança, são aqui discutidos. Apesar de conscientes da importância que têm para a compreensão destes fenómenos da escala global ou da escala nacional, todas as contribuições procuram explicar diferentes dimensões do político por referência a uma escala única, que vem assumindo particular saliência: a escala urbana. Donde o título deste volume, *Cidade & Cidadania*, um título «binário» que procura resgatar a relação clássica entre o exercício dos direitos e deveres de cidadania por um corpo de cidadãos livres num território geograficamente delimitado – a cidade – a fim de nos ajudar a compreender melhor as formas como se constrói e se vive o político nos tempos que correm.

O livro abre com um capítulo da autoria de Terry N. Clark, «Nova escola de Chicago’: convite para um debate». Trata-se de um texto com intenções polémicas e que surge em contraponto às teses de colegas das escolas rivais de estudos urbanos de Nova Iorque e de Los Angeles. A originalidade do argumento reside, mais do que na defesa de uma versão actualizada da famosa escola de Chicago de sociologia dos anos 20 e 30 do século XX, na sugestão de que o conhecimento das próprias realidades sócio-económicas daquelas três cidades norte-americanas é fundamental para entender o teor das propostas dos autores que lá habitam e trabalham. De forma virtuosa, Clark combina numa mesma narrativa a discussão teórica com resultados empíricos de estudos sobre as dinâmicas daquelas três cidades. E o que poderia à primeira vista parecer um debate algo provinciano, limitado a iniciados nos estudos urbanos norte-americanos, ganha relevância global ao associar as lógicas analíticas das diferentes escolas a «teorias gerais da ciência social, como o marxismo, o individualismo pós-moderno e pós-industrial». Das suas propostas destaca-se a conceptualização da cidade como entidade «plural, diversa e composta de subculturas em competição», podendo, num mesmo momento, certas áreas ter um cunho individualista, enquanto noutras predomina o conflito de classes. A dinâmica central das cidades, defende Clark, está justamente na tensão entre estes diferentes elementos que convivem no espaço urbano.

O texto de Clark tem ainda o interesse adicional para este volume colectivo de discutir, a partir do caso de Chicago, os factores que conduzem a uma «nova cultura política» (NCP) global, na qual predomi-

nam temas como o género ou o ambiente, as *issues*, e onde, como acima se dizia, as relações mais horizontais, típicas dos movimentos sociais e das ONGs, tendem a substituir as antigas formas hierárquicas de organização política, como sindicatos e partidos. Este conceito de NCP, da autoria do próprio Clark, atravessa praticamente todos os capítulos do presente livro e é central para a tarefa que aqui nos ocupa: explorar as relações entre evolução do espaço urbano e práticas de cidadania.

Assim, também Mónica Brito Vieira, no capítulo seguinte, «O espaço urbano e a arquitectura da cidadania», destaca como a aparência da crise de cidadania actual deriva de se ignorarem «modalidades mais fluidas e multidimensionais de envolvimento, mobilização e expressão política». A autora sugere que a própria natureza heterogénea das cidades, sobretudo das grandes metrópoles cosmopolitas, promove «guerras culturais ligadas às identidades e à reivindicação por uma cidadania diferenciada», que contrastam com as concepções modernas de cidadania, discutidas em profundidade no texto, as quais promovem o tratamento igual de indivíduos dotados de iguais direitos perante a lei. Ora, o que preocupa Brito Vieira é o actual declínio e unifuncionalização, por ela identificados, do espaço colectivo público, com a «deslocação da vida social do espaço exterior, ‘rua’, ‘mercado’ ou ‘praça’, para os espaços interiores, ‘centros comerciais’, ‘casa’ ou ‘carro’». Segundo a autora, o convívio com a diferença, com «o outro», essencial às boas práticas de cidadania características da urbe, vê-se ameaçado pela crescente guetização do espaço metropolitano, cuja expressão arquitectónica máxima é a proliferação de condomínios privados, que prometem o regresso a uma mítica vida comunitária entre iguais, imune aos riscos da cidade. O diagnóstico é muito crítico quanto a estes enclaves urbanos homogéneos, que reduzem os conflitos locais e diminuem o envolvimento cívico-político dos seus cidadãos. Ao contrário do que queria a teoria social clássica, para a qual o espaço cidade teria sido fundamental para a construção dos cidadãos modernos, dinâmicas urbanas como as vigentes na Área Metropolitana de Lisboa, com a desertificação do centro e a expansão de subúrbios de baixa densidade, revelam, segundo a autora, um indesejável «receio de exposição cidadina a uma multidão anónima de estranhos», com efeitos tão dramáticos como «a perda de qualquer sentido de sociedade».

Já Tiago Saraiva, no capítulo «Cidadão *cyborg*», assume um tom menos crítico perante os novos espaços urbanos que surgem no *sprawl*, na mancha metropolitana, evitando entender aqueles como formações que apenas impedem boas práticas de cidadania e olhando-os também

como cenários onde se multiplicam os exemplos de mobilização cidadã. Para tal, o autor insiste na importância da tecnologia como objecto de estudo crucial para todos os que se interessam por perceber as relações sociais características da urbe. Em vez de tomar a tecnologia, suporte da vida urbana, como um assunto de tecnocratas, Saraiva defende que as redes tecnológicas, como as de abastecimento energético, vias rápidas, esgotos ou comunicação, têm uma natureza política que fazem delas temas/*issues* do interesse dos demais cidadãos, os cidadãos *cyborgs*. Estes seriam uma espécie de cidadãos intermitentes que, embora cada vez mais indiferentes a formas convencionais de participação política – leia-se: votar –, estariam mais dispostos a mobilizar-se em volta de causas/coisas nas quais a tecnologia é muitas vezes protagonista, umas vezes como assunto próprio em causa, outras como meio que possibilita a discussão. Criticam-se assim aqueles que, seguindo as leituras de Theodor Adorno e Max Horkheimer e a sua *Dialética do Iluminismo*, são demasiado rápidos a desdenhar a nova paisagem urbana, simbolizada pelo *sprawl* de Los Angeles, com a sua mancha de bairros residenciais unidos por infra-estruturas viárias e sem um verdadeiro centro, como um espaço destinado a produzir anomia social e indiferença cidadã. Segundo Saraiva, nem a evidência empírica sobre os subúrbios de Los Angeles, nem os mais recentes dados sobre a metrópole de Lisboa, sustentam tais conclusões. O texto sugere antes a importância de conhecer em profundidade a evolução do espaço urbano, em particular as formas como a tecnologia tece novas relações sociais entre urbanitas, para discutir a evolução das práticas de cidadania dos mesmos.

Os três capítulos de Clark, Brito Vieira e Saraiva formam a parte I do livro, intitulada «Dinâmicas urbanas e cidadania», na qual se apresentam de forma mais geral e teórica as diferentes versões em confronto para a discussão das inter-relações entre os dois temas. A parte II, «Governança urbana e cidadania», constituída pelos textos de Baptista e Seixas, discute de forma mais circunscrita e concreta, mas nem por isso menos relevante, práticas e problemas associados ao planeamento urbano em sociedades democráticas.

O capítulo de Idalina Baptista, «O Programa POLIS e o país desordenado», dá a conhecer a força da metáfora de Portugal como «país desordenado» nas práticas concretas de planeamento urbano, analisando em detalhe a evolução do Programa POLIS. Ao estudar o POLIS segundo as estruturas de governança que lhe estão associadas, Baptista identifica duas características que a figura hegemónica do «país desordenado» impôs. Por um lado, uma dicotomia reducionista «nós *vs.*

eles», que domina as relações entre Estado, municípios e sociedade civil, com críticas e incompreensões recíprocas. Por outro, uma «interpretação restrita do papel da formalidade e informalidade enquanto mecanismos mediadores da acção»: ao definir-se a formalidade como objectivo a atingir e a informalidade como indesejável, excluem-se as circunstâncias em que a primeira prejudica e a última facilita o planeamento e a governança urbana. Assim, a autora não duvida em atribuir o carácter «algo centralizado» do POLIS justamente à forma como foi montado o combate ao «país desordenado» por parte do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT). O regime de excepção do programa congregava «um ataque às ineficiências do Estado, da administração pública e das autarquias, e uma perspectiva de indiferença face ao papel dos cidadãos e grupos de interesses, na medida em que não é claro como, e se, processaria o seu envolvimento». Ao mesmo tempo que se reconhecia que a qualidade de vida urbana era um assunto político de primeira importância, o programa afastava do escrutínio popular as decisões quanto ao espaço público. Segundo a autora, os próprios cronogramas das intervenções em cada uma das cidades do programa denunciam o peso excessivo dedicado à fase da obra e a ignorância ante os conflitos inerentes aos processos de planeamento e governança urbana. Se o Ministério pretendia exercer uma acção exemplar de intervenção urbana através do POLIS, ao concentrar em si toda a vontade política para levar o programa por diante, acabou por perpetuar a sua imagem centralizadora, ao mesmo tempo que menorizou o envolvimento da sociedade civil nos processos de decisão. O POLIS ilustra assim as dificuldades e desafios em conjugar eficiência na implementação de políticas públicas com processos democráticos e transparentes, exigidos pela nova cultura política emergente.

Também João Seixas, no capítulo «Estruturas e dinâmicas do capital sócio-cultural em Lisboa», refere a importância da existência de estruturas de governança urbana que co-responsabilizem os diferentes actores da cidade. Não se esquece, no entanto, de lembrar os riscos associados à «renovação das democracias urbanas», afirmando que, além da interligação entre os diferentes actores, deve haver uma preocupação especial com a legitimidade dos instrumentos participativos. Olhando para o caso da cidade de Lisboa, Seixas é contundente quanto à total ausência de instrumentos de governança de natureza plural, imperando, ao invés, ambientes circunscritos de reflexão e tomada de decisão. O retrato que o autor traça das práticas de cidadania na capital do país não deixa de ser desolador, sublinhando a dificuldade em olhar Lisboa

como objecto de atenção política, apesar de alguns, poucos, sinais positivos de crescente mobilização dos seus cidadãos. Segundo o seu diagnóstico, o capital sócio-cultural, conceito central na sua análise, dos lisboetas «detém uma consistência relativamente frágil – muito particularmente nas suas vertentes de teor mais dinâmico e de mobilização. Dificilmente se tem assistido à materialização de movimentos sócio-culturais de pendor colectivo em torno das problemáticas mais concretas da cidade.» Para tal fragilidade contribui de forma decisiva a escassa mobilização das elites lisboetas para a qualificação e afirmação da sua própria cidade, tanto por excesso de identificação com os problemas do Estado, por oposição aos da urbe, como pela fraca permeabilidade generalizada das elites portuguesas ante as restantes classes e grupos sociais. Por outro lado, afirma Seixas, há um défice generalizado de conhecimento da população em relação à cidade e às suas problemáticas. Um exemplo flagrante dessa falta de (re)conhecimento reside na ainda difícil consciencialização colectiva de que a escala da cidade é, na verdade, a escala da sua região metropolitana e porventura mais alargada ainda do que a actual AML. A debilidade do capital sócio-político de Lisboa é visível na degradação progressiva dos espaços públicos da cidade, elementos centrais da vertebração do dito capital: «O lugar incerto dos espaços públicos de Lisboa parece ser, na verdade, um retrato vivo da própria incerteza da sua cidadania.»

A parte III do livro, «Metrópoles e novas cidadanias», reúne quatro capítulos de carácter empírico onde se faz uso intensivo de inquérito por questionário para indagar as práticas de cidadania das populações das metrópoles em mutação. Manuel Villaverde Cabral, no seu capítulo, «Efeito metropolitano e cultura política», pretende averiguar a existência, ou não, de um efeito-metrópole sobre o exercício da cidadania. Para tal usa os dados do inquérito de 2004 do *International Social Survey Programme* (ISSP), cujo questionário foi complementado em Portugal e no Brasil por um conjunto de variáveis destinadas a avaliar o referido efeito metropolitano, com uma sobre-representação das populações metropolitanas nos dois países. A análise das composições sócio-demográfica, económica, cívica e cultural da metrópole de Lisboa é suficiente para o autor constatar a presença simultânea, nas áreas metropolitanas contemporâneas, de factores favoráveis e desfavoráveis ao exercício da cidadania. Se, por um lado, o isolamento típico dos metropolitanos tende a jogar contra a participação cívica e a mobilização política, Durkheim *dixit*, por outro, os níveis de instrução francamente superiores dos habitantes da metrópole sustentam um maior envolvimento na

esfera pública e maior exposição à vida política. Villaverde Cabral utiliza então os dados do inquérito para discutir como factores tradicionais como rendimento, nível de instrução, idade ou género promovem ou contrariam o exercício activo da cidadania política por parte dos urbanitas. Mas mais interessante, e inovador, é o modelo explicativo proposto pelo autor para as duas formas de comportamento cívico e político constituídas como variáveis dependentes, a saber, o associativismo e a automobilização. Enquanto o primeiro serve como *proxy* do capital social convencional, onde se inclui a pertença a partidos ou sindicatos, a segunda diz respeito a formas pró-activas de mobilização, geralmente orientadas para questões específicas. Para ambos os modos, e apesar de todos os factores contra, os factores positivos presentes na vida urbana sobrepõem-se àqueles. Assim, não só os habitantes da metrópole de Lisboa tendem a associar-se mais do que o resto dos portugueses em partidos ou associações profissionais, ou mesmo em grupos desportivos ou culturais, como apresentam ainda uma predisposição muito maior para se envolverem em actividades de carácter cívico, como assinar petições ou participar em manifestações. De grande relevância é a conclusão de que o «efeito-metrópole» só é perceptível para aqueles que exercem a sua cidadania segundo a modalidade da automobilização. O mesmo é dizer que a «nova cultura política», que para Villaverde Cabral, ao contrário de Clark, se define mais por novas formas de acção colectiva e pelo facto de ser praticada preferencialmente por jovens e mulheres do que pela novidade dos temas em causa, depende da influência específica do facto de se viver numa grande zona metropolitana. No sentido contrário, na modalidade do associativismo, o facto de se habitar uma grande metrópole não tem poder preditivo por si só em relação ao exercício da cidadania, sendo as variáveis mais tradicionais, como rendimento, classe social ou idade, que determinam aquele. Além disso, a capacidade explicativa do modelo analítico é muito maior para o caso da mobilização (49%) do que para o do associativismo (22%), donde «é lícito concluir que, hoje em dia, o exercício dos direitos de cidadania tende a manifestar-se de forma mais expressiva através da ‘geometria variável’ da automobilização do que da pertença associativa, ou seja, através das formas convencionais do capital social».

Fazendo uso dos dados do mesmo inquérito por questionário para a metrópole de Lisboa, Filipe Carreira da Silva, Sofia Aboim e Tiago Saraiva, no capítulo «Cidade e participação: o ‘efeito-cidade’ nas práticas de cidadania em Portugal», seguindo algumas das pistas lançadas no capí-

tulo anterior por Villaverde Cabral, pretenderam verificar em que medida as práticas de participação política não convencional, a automobilização da «nova cultura política», são promovidas pela experiência de se viver e trabalhar em contextos urbanos. A análise é feita a dois níveis distintos: o de Portugal continental no seu conjunto, para o qual os autores usam o termo «efeito-cidade» para dar conta do impacto dos aglomerados urbanos de média dimensão sobre a prática da cidadania, e o da metrópole de Lisboa, em que se procura destriçar o «efeito-metrópole», identificado por Villaverde Cabral, do «efeito-cidade» (concelho de Lisboa). As conclusões dos autores são claras relativamente ao «efeito-cidade»: há uma relação virtuosa entre dimensão do aglomerado onde se habita e participação política. Além das metrópoles de Lisboa e do Porto, também as restantes cidades médias do país podem ser percebidas como focos potenciadores de cidadania. Em condições equivalentes em termos escolares e sócio-profissionais, os portugueses que residem em cidades participam sempre mais do que aqueles que habitam fora delas. Já ao olhar para a escala da metrópole de Lisboa, os autores, em vez de se limitarem a tomar como único factor de carácter espacial o local de residência dos inquiridos, preferiram incluir também dados de mobilidade, como a experiência de se trabalhar e circular no concelho de Lisboa, tratando de explorar o efeito de exposição dos metropolitanos à cidade de Lisboa, o referido «efeito-cidade». Alarga-se assim a definição de experiência urbana de cidade, adicionando à rigidez da residência a fluidez da mobilidade, mais próxima da experiência quotidiana dos urbanitas lisboetas. Segundo os autores, os dados indicam um contraste entre os que estão expostos à cidade de Lisboa, porque nela vivem e/ou trabalham, e os indivíduos que vivem e trabalham noutros concelhos da área metropolitana (menor exposição à cidade). E mais uma vez se verifica que são as práticas de automobilização, identificadas com a «nova cultura política», aquelas que mais dependem da coordenada espaço. Tal facto permite aos autores sugerir que, enquanto «o associativismo não está tão directamente associado aos estilos de vida urbanos», as «participações em manifestações, comícios ou fóruns na Internet são práticas de participação cívica cujo carácter pró-activo parece estar associado a contextos de sociabilidade lisboetas». Os autores concluem ainda que não só as práticas, mas também os valores políticos são influenciados pela exposição ao modo de vida urbano, em particular valores associados à «nova cultura política», como solidariedade e igualdade de claro perfil pós-materialista.

No capítulo seguinte, da autoria de Sérgio de Azevedo, Orlando Alves Santos Júnior e Luiz César de Queiroz Ribeiro, a análise é levada

para fora do contexto português, explorando-se «A ‘nova cultura política’ na modernidade da periferia: o Brasil em foco». Os autores, além de proporem uma análise em moldes semelhantes à dos capítulos anteriores, lançam-se num interessante, e pouco usual, exercício comparativo entre os resultados do inquérito para Brasil e para Portugal. A primeira conclusão do capítulo prende-se com a dificuldade em traduzir para a realidade brasileira o conceito de «nova cultura política». Se esta se caracteriza, por exemplo, por uma superação da clássica dicotomia direita/esquerda, tal superação não tem grande significado para uma população como a brasileira, «que se move através de outras gramáticas políticas e culturais, entre as quais merecem destaque o clientelismo, o corporativismo e o populismo». Outro exemplo seria o crescente questionamento do Estado-Providência num país onde este nunca se aproximou das características e dimensões dos existentes nos países ocidentais. Apesar de tais dificuldades, os autores reconhecem nos dados do inquérito a possível crescente adopção de práticas vinculadas à «nova cultura política» nas áreas metropolitanas do país, por oposição a aglomerados urbanos menores, onde essas mesmas práticas se caracterizam pela sua ausência. Se tal conclusão vai de encontro aos resultados dos demais países, Azevedo, Santos Júnior e Queiroz Ribeiro sublinham que os níveis de automobilitação são substancialmente mais baixos para o caso brasileiro do que para os restantes países e lembram ainda que os números de participação da própria população metropolitana portuguesa são bastante mais elevados do que os dos segmentos sociais mais favorecidos do Brasil, segmentos estes mais favoráveis à adopção da «nova cultura política». Outra conclusão importante é a do ainda maior peso do associativismo, em relação à mobilização, nas práticas políticas brasileiras, por contraste com o caso português, onde ocorre o contrário, como discutido por Villaverde Cabral.

Por último, no capítulo que encerra o livro, «Classe, cidade e poder: nova classe média, valores políticos e cidades globais», Filipe Carreira da Silva, Antónia Ramírez Pérez e Mónica Brito Vieira fazem luz sobre o processo ainda incipiente da emergência de uma nova classe média-alta global que habita as grandes cidades do planeta e que parece «reproduzir os valores do individualismo, tolerância social e mobilização política próprios da «nova cultura política». Com base também nos dados do ISSP de 2004 referentes a uma amostra de perto de 50 000 indivíduos residentes em 36 países, os autores defendem que o facto de se viver numa grande cidade é, mais do que a classe de pertença, aquilo que define a interiorização de normas próximas da «nova cultura políti-

ca». Defende-se assim a existência de uma classe social emergente que se distingue dos demais grupos que compõem as respectivas sociedades nacionais por referência aos modelos normativos difundidos pelos processos de globalização. Seguindo um consenso partilhado por todos os autores do presente volume, sugere-se que tais processos, longe de negarem a importância de factores espaciais, acentuam o protagonismo actual das metrópoles para discutir a temática da cidadania: «É o facto de se viver numa grande cidade, mais do que se pertencer a uma determinada classe social, aquilo que determina o desenvolvimento de uma cultura política próxima das orientações sublinhadas por Clark e seus seguidores.» As metrópoles globais, pela sua condição de *habitat* natural do novo tipo social identificado por Carreira da Silva, Ramírez Pérez e Brito Vieira, voltam assim a colocar a cidade no centro da discussão da cidadania, como queriam pais fundadores das ciências sociais como Weber ou Simmel.

Percebe-se desta descrição sumária dos diferentes capítulos que a preocupação comum por parte de todos os autores é a de pensar a cidade como uma arena política, o que conduziu à combinação, cremos que virtuosa, nos vários estudos, das mais recentes dinâmicas urbanas e práticas espaciais com modelos de análise dos valores e comportamentos políticos dos cidadãos. Uma das principais tendências, se não mesmo a principal, a este nível é a de mobilidade entre diferentes pontos do território, quer se entenda este como um espaço geográfico concreto, quer se conceba como um espaço social de relações. Nunca a mobilidade fez tanto parte do dia a dia dos agentes sociais como hoje. Quer seja de automóvel, nas suas diárias deslocações pendulares de e para o local de emprego, quer seja de avião, para umas semanas de férias num «destino paradisíaco» ou por razões profissionais, quer seja ainda de um emprego para outro, ou de um casamento para outro, ou ainda de uma orientação sexual para outra, o mundo em que vivemos é marcado pelo signo do fluxo e da mudança.

Claro está que tudo isto tem custos. Custos que nem sempre são tidos em conta. Por exemplo, a viagem às Caraíbas, se incluídos os respectivos custos ambientais, ficaria irremediavelmente fora do alcance da maioria dos turistas de classe média. Os custos para a vida pessoal das constantes mudanças de emprego também são raramente incluídos no cálculo que os economistas fazem da flexibilização do mercado laboral, para já não falar nos respectivos custos políticos – em que medida se pode pedir a alguém cuja carreira o levou a viver temporariamente numa cidade que se empenhe politicamente na resolução dos proble-

Manuel Villaverde Cabral, Filipe Carreira da Silva, Tiago Saraiva

mas dessa cidade? Da mesma forma, as novas modalidades de participação política – mais individualistas, menos institucionais – não cumprem as funções de socialização política que as formas tradicionais de participação cumpriram ao longo dos séculos XIX e XX, o que não quer dizer que não estejam a ser substituídas por novas formas de viver politicamente em comum. Apesar de conscientes das contradições e problemas que o mundo em que vivemos enfrenta, não oferecemos aos leitores deste livro a prescrição utópica de alternativas, nem tão-pouco uma visão passadista, estéril de futuro. O propósito deste livro é o de, ao invés, procurar explicar alguns aspectos da realidade com bases teóricas e empíricas sólidas, com um esforço de sofisticação e inovação conceptual e sem perder de vista o seu enquadramento em problemáticas mais vastas.